

SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL

Setembro de 2024
em Outubro de 2024

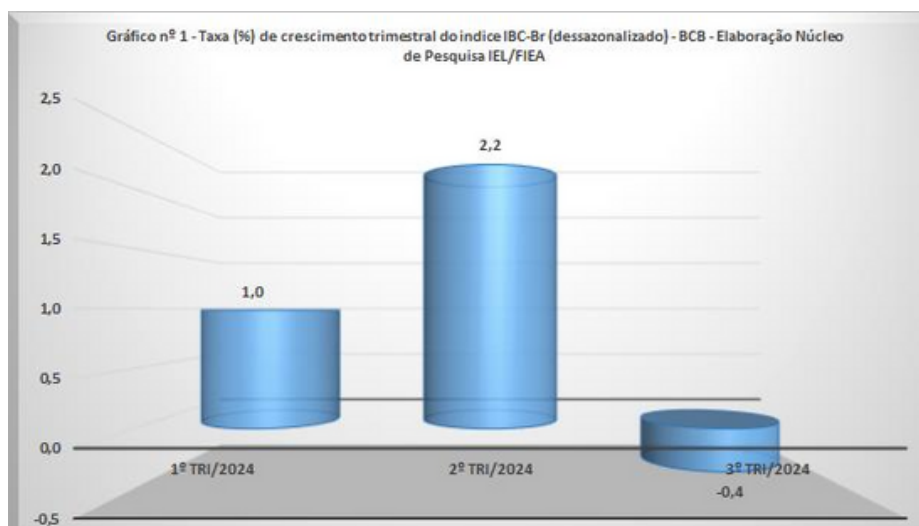
Sinais de desaceleração econômica

A economia brasileira apresentou sinais de desaceleração no terceiro trimestre de 2024 em relação aos dois primeiros, conforme revelado pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), ver gráfico nº 1. Nos primeiros seis meses do ano, o IBC-Br registrou um avanço de 1,0% no primeiro trimestre e uma expansão de 2,20% no segundo. Esse desempenho foi sustentado pela recuperação da indústria, que responde por 25% do PIB, e por um mercado de trabalho mais aquecido, com a taxa de desemprego caindo de 7,85% para 7,17%, além do reajuste do salário mínimo em 6,96% no início do ano. A alta na renda, junto com transferências de recursos para cerca de 20,7 milhões de famílias com valor médio de R\$ 681,0, crescimento da massa salarial e o aumento do crédito, reforçou o consumo interno, beneficiando o comércio e a produção industrial. No entanto, no terceiro trimestre o IBC-Br registrou uma queda de -0,36%, mesmo que só considerando os dados de julho e agosto, sinalizando uma perda de fôlego na atividade econômica.

A variação do saldo de crédito também refletiu essa dinâmica, com um crescimento de 1,63% no primeiro trimestre e 2,47% no segundo, mas apenas 0,97% no terceiro, acompanhando a desaceleração da renda disponível das famílias. Esse quadro impactou especialmente a Indústria, cuja produção encolheu 1,3% no período, evidenciando a dependência do setor em relação à disponibilidade de crédito.

O comércio registrou um leve crescimento de 0,3%, mas ainda limitado pela menor expansão da renda e do crédito. Embora tenha oferecido algum alívio ao IBC-Br, essa contribuição não foi suficiente para compensar as retrações na indústria e nos serviços, resultando em uma mudança no ritmo econômico no terceiro trimestre. Ademais, o volume de vendas no comércio varejista entre julho e agosto de 2024 mostrou quedas em sete dos oito setores avaliados, refletindo uma menor demanda por bens não essenciais, como artigos pessoais e papelaria, e até por itens básicos, como combustíveis e alimentos. A sazonalidade e restrições no poder de compra impactaram setores como móveis, vestuário e eletrodomésticos. O segmento farmacêutico foi o único a crescer, enquanto o varejo ampliado apresentou comportamento misto, com forte queda em veículos e leve alta em materiais de construção, sugerindo uma possível retração no consumo de bens de maior valor.

Os indícios de desaceleração sugerem um segundo semestre menos dinâmico que o primeiro, mas não comprometerão as expectativas positivas do mercado financeiro para o crescimento do PIB em 2024, com projeções em 3,02%, impulsionado pelo consumo das famílias e pelos investimentos, que crescerão 4% e 4,4%, respectivamente, contra previsões iniciais de 1,9% e 1,4%. Do ponto de vista dos empresários da indústria, em setembro de 2024, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) indicou recuperação da confiança industrial em todas as regiões e portes de indústria, além da maioria dos setores, resultando em 26 setores confiantes, o maior número desde outubro de 2022, incluindo a retomada da confiança na região Sul, unificando o otimismo em todas as regiões do país.



Mercado estima selic de 12% no início de 2025

Até meados de 2025, a mediana das projeções do mercado financeiro para a taxa Selic é de 12% ao ano, com alguns analistas apontando até 13,5%. Apesar das preocupações do mercado, a inflação permanece controlada, dentro dos limites de tolerância da meta. Segundo a pesquisa FOCUS de 18/10/2024, as projeções de inflação são de 4,5% para 2024, 4% para 2025 e 3,5% para 2026. Além disso, as estimativas de inflação suavizada para os próximos 12 e 24 meses, que são importantes para a política monetária, estão alinhadas com a meta, em 4% e 3,7% ao ano, respectivamente. Os núcleos de inflação também estão estáveis, em torno de 3,5%.

A alta nas expectativas de inflação para 2024, com a mediana subindo de 4,39% para 4,5% em uma semana, está associada à seca, que afeta os reservatórios, a bandeira tarifária da energia elétrica e os preços dos alimentos, especialmente da carne bovina. A inflação acumulada em 12 meses mostra que apenas o grupo de preços monitorados superou o limite superior da meta de 4,5%, alcançando 5,47% em setembro, enquanto os comercializáveis e não-comercializáveis registraram 3,65% e 4,36%, respectivamente. Esses choques inflacionários são temporários e não exigem que o BCB adote uma política monetária ainda mais restritiva, como esperado por alguns analistas e membros do Comitê de Política Monetária (COPOM).

No âmbito fiscal, embora o mercado já reconheça que o arcabouço fiscal deverá ser cumprido, com um déficit primário estimado em cerca de R\$ 28 bilhões para 2024, a política de juros continua pressionando as contas públicas. A mediana das expectativas para o resultado primário foi ajustada de -0,8% do PIB em janeiro deste ano para -0,6% em outubro, mas as expectativas para o resultado nominal pioraram, saltando de -6,8% para -7,7%. Em agosto de 2024, os gastos com juros no acumulado de 12 meses atingiram R\$ 855,0 bilhões, em comparação com R\$ 689,4 bilhões em 2023.

Com o mercado prevendo dois aumentos de 50 pontos-base na Selic nas duas últimas reuniões do COPOM deste ano, elevando-a para 11,75%, o Brasil continuará no segundo lugar no ranking das maiores taxas de juros reais entre 40 países, com uma taxa acima de 7% ao ano, ficando atrás apenas da Rússia, com 9,05%. Segundo o site Moneyou, a taxa média desses 40 países é de 0,63% ao ano, com exemplos como os EUA (0,98%) e o Chile (0,29%). No World Economic Outlook de outubro de 2024, o FMI estima uma inflação para o Brasil de 4,2% em 2024, comparada a 2,9% nos EUA e 3,9% no Chile. Apesar de as taxas de inflação serem próximas, há uma disparidade significativa nas taxas de juros reais

Em síntese, a política de juros elevados adotada pelo Banco Central do Brasil (BCB) parece desnecessária, uma vez que a inflação no horizonte relevante para a política monetária se mantém dentro do intervalo da meta, com núcleos de inflação estáveis em torno de 3,5%. Embora choques temporários, como a seca e a alta nos preços de alimentos, tenham pressionado as expectativas de inflação para 2024, esses fatores não justificam uma postura monetária ainda mais restritiva, como sugere o mercado. Além disso, juros elevados comprometem o equilíbrio fiscal ao aumentar o custo do serviço da dívida pública e deteriorar a relação dívida/PIB, ao mesmo tempo em que desestimulam o investimento produtivo, limitando o potencial de crescimento econômico. Dessa forma, uma política monetária mais equilibrada, alinhada às expectativas inflacionárias e à estabilidade dos núcleos de preços, seria mais apropriada para garantir a sustentabilidade fiscal e promover a retomada dos investimentos.

A produção industrial brasileira em agosto de 2024

Em agosto de 2024, a indústria brasileira apresentou um desempenho limitado, com variações marginais na produção e crescimento restrito a poucos segmentos, enquanto a maioria das regiões industriais sofreu cortes produtivos. A produção física geral registrou uma modesta alta de 0,1%, a mais baixa do ano, com a indústria de transformação em queda de 0,3% pelo segundo mês consecutivo, e apenas 28% dos ramos ampliaram sua produção, refletindo o enfraquecimento do setor. No entanto, apesar dos sinais negativos de curto prazo, 2024 continua a demonstrar uma trajetória superior à de 2023, com expectativas positivas para o terceiro trimestre, impulsionadas pela confiança empresarial e pelo crescimento de setores específicos, como bens intermediários e bens de consumo duráveis, especialmente liderados pela indústria automobilística e de eletrodomésticos, que registraram aceleração. Em contraste, o setor de bens de consumo semi e não duráveis apresentou uma desaceleração [1].

Variações da Produção Industrial %

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	0,1	2,2	3,0	2,4
Bens de capital	-4,0	4,9	6,6	-0,6
Bens intermediários	0,3	2,4	2,3	2,3
Bens de consumo	0,7	2,0	4,1	3,3
Bens de consumo duráveis	-1,3	12,1	8,6	4,3
Semiduráveis e não duráveis	0,4	0,4	3,4	3,1
Extrativa Mineral	1,1	5,6	2,3	4,9
Transformação	-0,3	1,7	3,2	1,9

Fonte: IBGE.

De acordo com a CNI, a utilização da capacidade instalada na indústria de transformação em agosto de 2024 apresentou uma leve queda de 0,1 ponto percentual em relação ao mês anterior, atingindo 79,3% na série ajustada sazonalmente. No entanto, ao comparar com agosto de 2023, o indicador mostrou um aumento de 0,7 ponto percentual na série sem ajuste sazonal.

[1] IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

PANORAMA CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA

PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE
ALAGOAS - FIEA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS - FIEA

PRESIDENTE:

José Carlos Lyra de Andrade

1º VICE-PRESIDENTE:

José da Silva Nogueira Filho

DIRETOR EXECUTIVO:

Walter Luiz Juca Sá

COORDENADOR UNIDADE TÉCNICA

Helvio Braga Vilas Boas

INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL

DIRETOR REGIONAL:

José Carlos Lyra de Andrade

SUPERINTENDENTE:

Helvio Braga Vilas Boas

COORDENADORA DE INOVAÇÃO E PESQUISA:

Eliana Maria de Oliveira Sá

ELABORAÇÃO:

NÚCLEO DE INOVAÇÃO E PESQUISA - IEL/AL

COORDENADORA:

Eliana Maria de Oliveira Sá

CONSULTORES:

Luciana Peixoto Santa Rita

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

ANALISTAS:

Morgana Maria Machado Moura

Juliana Ferro Pereira

ESTAGIÁRIOS:

Maria Raquel Farias Cezário

Marya Rita Melquiades Pereira

Welde Messias Vieira da Silva

DESIGN/LAYOUT:

Yasmin Nayara de Araújo Costa

Setembro de 2024
em Outubro de 2024